



Projeto Educativo de Escola





«A EDUCAÇÃO É A ARMA MAIS PODEROSA QUE VOCÊ
PODE USAR PARA MUDAR O MUNDO»

Nelson Mandela



ÍNDICE	
Introdução	5
I - Contextualização	7
1.1. Caracterização do Meio	7
1.2. Caraterização Geográfica	8
1.3. Caraterização Demográfica/Económica	8
II - Fundação da Unidade Orgânica EBIPV	9
2.1. A Unidade Orgânica	9
III - Patrono	11
IV - Caraterização da Unidade Orgânica EBIPV	12
4.1. Edifício Sede (FOC)	12
4.2. Núcleo Escolar da Aqualva	18
4.3. Núcleo Escolar da Aldeia Nova	19



(Continuação)

4.4. Núcleo Escolar da Base Aérea N.º4	19
4.5. Núcleo Escolar da Fonte do Bastardo	20
4.6. Núcleo Escolar das Fontinhas	21
4.7. Núcleo Escolar do Cabo da Praia	22
4.8. Núcleo Escolar de Santa Rita	23
4.9. Núcleo Escolar da Vila Nova	24
V - Órgãos de Gestão e Administração - Estrutura	25
VI - Caracterização da Comunidade Educativa	26
6.1. Caracterização do Corpo Discente	26
6.2. Caracterização do Corpo Docente	27
6.3. Caracterização do Corpo Docente por Departamento Curricular	27
6.4. Caracterização do Corpo Não Docente	28



(Continuação)

VII - Princípio Orientador	28
VIII - Diagnóstico, Identificação dos Problemas, das Expetativas e das Necessidades	29
8.1. Identificação de Problemas	29
8.2. Operacionalização do Processo	30
IX - Vigência, Avaliação e Divulgação	35
9.1. Período de Vigência	35
9.2. Avaliação do Projeto	35
9.3. Divulgação	36



INTRODUÇÃO

O *Projeto Educativo* é um documento elaborado para toda a comunidade educativa, que estabelece a identidade da escola a partir da análise contextual em que a mesma se insere, exprimindo os princípios, valores e as metas ou objetivos gerais a atingir com as estruturas físicas e humanas postas ao seu dispor. A sua elaboração deve ser uma tarefa participada por todos os intervenientes do processo educativo, uma vez que se trata de um documento referencial a toda a atividade escolar. As suas diretrizes estratégicas concretizam-se de forma mais normativa no *Regulamento Interno*, no *Plano Anual de Atividades da Escola* e no *Projeto Curricular de Escola*, que são os principais instrumentos de ação da comunidade educativa.

A capacidade de interpretar o presente e de antecipar o futuro tornou-se um desafio crucial numa sociedade tão volúvel e competitiva quanto a atual. Nesta perspetiva, o reforço do investimento na melhoria da eficácia do ensino-aprendizagem, ou seja, a promoção de UMA ESCOLA DE SUCESSO E DE QUALIDADE PARA TODOS, constitui um objetivo de realização prioritária. Assim, este *Projeto Educativo*, enquanto instrumento estratégico que “consagra a orientação educativa da unidade orgânica, elaborado e aprovado pelos órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a unidade orgânica se propõe cumprir a sua função educativa” (DLR n.º 13/2013/A, art.º 3.º), deve constituir um elemento de identidade e diferenciação, mobilização e visibilidade desta comunidade escolar e um referencial permanente das suas concepções e práticas educativas.



Ao reconhecer que a qualidade de ensino, e a capacidade de corresponder às situações reais e de mobilizar os recursos locais, passa pelo envolvimento das escolas na procura de caminhos que se adaptem a esses contextos reais, conducentes a uma formação com sentido para todos, assume-se, imperativamente, a necessidade de ordenar toda a prática educativa. Ora, essa ordenação pressupõe uma visão prévia do que se vai realizar – prevê a planificação como um “instrumento” cuja finalidade consiste em otimizar a prática educativa, reduzindo ao mínimo, ou mesmo eliminando, a interferência do acaso. Esta é a função primordial de qualquer *Projeto Educativo*. Assim entendido, um projeto não é apenas intenção, torna-se numa ação. Ação essa que deve trazer um valor acrescentado ao presente que será, por sua vez, concretizado no futuro. Deve, assim, incorporar duas dimensões: projeto enquanto intenção e plano antecipador da ação e projeto enquanto ação. É uma ideia para transformar o real e a sua concretização deve conduzir a essa transformação (Leite, C., 1997). O projeto, neste sentido, deve ser definidor dos “perfis de mudança” desejados, apresentando uma organização coerente da ação. A este propósito poder-se-á dizer que a concretização de um projeto assenta, antes de mais, numa escolha feita entre várias hipóteses possíveis, a ser fundamentada no esclarecimento da distância que se considera existir entre o ser e o dever/ser, entre a situação vivida e a situação que se idealiza como sendo a desejável.



I - CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1. Caraterização do Meio

A Terceira é uma das nove ilhas dos Açores e integra o chamado "Grupo Central". Com uma área de cerca 402,2 quilómetros quadrados (em 29 km de comprimento e 18 km de largura), medindo o seu perímetro 90 quilómetros. O seu ponto mais alto está a 1021 metros acima do nível do mar, localizado na serra de Santa Bárbara, no lado Oeste. É a 3ª maior ilha do grupo e foi também, segundo os dados históricos, a terceira a ser oficialmente descoberta, sendo sua capital Angra do Heroísmo.

As datas de descobrimento do Arquipélago são uma incógnita, existindo correntes históricas a afirmar que já constava de mapas Genoveses desde 1351. Contudo, foi a partir de 1431 que as ilhas começaram a ser povoadas. A Terceira, desde o seu descobrimento, desempenhou um papel importante nos jogos políticos da época devido à sua localização geográfica, tendo sido ponto de paragem para as embarcações dos Descobrimentos Portugueses e para as caravelas castelhanas da denominada "carreira das Índias". A sua localização geo-estratégica tornou-a protagonista relevante no estabelecimento e manutenção do Império Português e, já nos nossos dias, continua a ser alvo de interesses estrangeiros que visam o controle do Atlântico Norte.



1.2. Caraterização Geográfica

O concelho da Praia da Vitória situa-se na parte leste da Terceira e ocupa 162,29 km², cerca de 40% da área total da ilha, sendo constituído por 11 freguesias: Biscoitos, Quatro Ribeiras, Agualva, Vila Nova, São Brás, Lajes, Santa Cruz da Praia da Vitória, Fontinhas, Cabo da Praia, Porto Martins e Fonte do Bastardo.

O município, limitado a Sul e a Oeste pelo concelho de Angra do Heroísmo, é banhado pelo Oceano Atlântico a Norte e a Leste. Situa-se num campo plano, ostentando a Norte a Serra de Santiago, conhecida como “Serra do Facho”.

1.3. Caraterização Demográfica / Económica

A Escola Básica Integrada situa-se na sede do concelho da Praia da Vitória, prestando os seus serviços a uma comunidade, ativa e dinâmica, com cerca de 21.000 habitantes.

A população deste concelho dedica-se essencialmente ao setor primário, nomeadamente a produção agropecuária e indústrias associadas à transformação de laticínios. Tratando-se principalmente de pequenas explorações, com animais essencialmente da raça Holstein-Frísia, embora seja de destacar a raça Ramo Grande autóctone.

Atualmente o concelho da Praia possui um importante papel na economia, através do seu porto oceânico e do aeroporto internacional das Lajes. Apesar de ser predominantemente rural, o concelho tem vindo a desenvolver-se nos sectores secundário e terciário, incrementados pela Base Aérea 4, que emprega uma grande percentagem de mão-de-obra, por instituições públicas como a Câmara Municipal, o Tribunal, estabelecimentos de ensino e por empresas privadas. Em relação ao setor secundário, a indústria existente no concelho baseia-se nos produtos produzidos no território, destacando-se a indústria de conserva e de rações.



II - FUNDAÇÃO DA UNIDADE ORGÂNICA EBIPV

2.1. A Unidade Orgânica

A Escola Básica Integrada da Praia da Vitória foi criada pelo Decreto Regulamentar Regional nº 20/2004/A, de 9 de Junho, e resulta da integração das escolas básicas e jardins-de-infância do concelho da Praia da Vitória na Escola Básica 1,2,3/JI Francisco Ornelas da Câmara.

Esta Escola Básica, atualmente com pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclos, por sua vez tinha sido criada em 1972, tendo iniciado funções num antigo seminário de uma Congregação de padres holandeses, situado na periferia da Praia da Vitória.

Com o aumento da população escolar o edifício foi sofrendo pequenas obras de ampliação e manutenção, chegando a utilizar provisoriamente outros espaços e módulos pré-fabricados, mas as instalações, encontravam-se em situação de ruptura, degradadas e com péssimas condições de segurança quando, em 2000, foi iniciada a construção e ampliação da escola.

Nesse ano foi nomeada uma Comissão Executiva Instaladora para acompanhar o desenrolar da obra e preparar a mudança de instalações, prevista para o meio de um ano letivo, como de facto aconteceu para não comprometer o desenrolar das obras de remodelação do antigo espaço.

A mudança para o novo edifício deu-se em Abril de 2004, ficando a escola com óptimas e amplas instalações. No mesmo ano de 2004 foi criada a Escola Básica Integrada da Praia da Vitória, que agregou a Área Escolar da Praia da Vitória e a Escola Básica 2,3 Francisco Ornelas da Câmara, tendo sido nomeada uma nova Comissão Executiva Instaladora, envolvendo os corpos dirigentes das duas instituições.



Findo o período de instalação da nova Unidade Orgânica foi eleito um novo Conselho Executivo, tendo-se procedido à elaboração dos documentos orientadores: Projeto Educativo de Escola, Projeto Curricular de Escola, Regulamento Interno e Plano Anual de Atividades.

A gestão dos recursos humanos e materiais assume extrema importância. Neste âmbito tornaram-se prioritárias as aulas de apoio educativo e as de substituição de professores, bem como a aquisição de recursos materiais diversos, desde materiais didáticos, obras de referência e recursos informáticos. Também as atividades de complemento curricular são consideradas fundamentais e desenvolvidas consoante o interesse e a procura dos alunos.

As parcerias e protocolos com a Direção Regional do Desporto, a Câmara Municipal, o Instituto de Ação Social, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Praia da Vitória, o Centro de Saúde da Praia da Vitória, a Escola Profissional da Praia da Vitória, a Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória, a PSP - Escola Segura e com alguns centros de comércio são imprescindíveis para a consecução dos objetivos traçados nos documentos orientadores e para as diversas ofertas formativas.



III - PATRONO

Francisco Ornelas da Câmara, patrono do edifício sede, é considerado pelos historiógrafos terceirenses como ilustre personalidade e um dos heróis da Restauração. Segundo Gervásio Lima: *“A ilha Terceira teve nele um cidadão ilustre, um patriota benemérito, estimado da corte portuguesa e bem conceituado pelos monarcas a quem serviu desveladamente. A sua memória há-de ser sempre respeitada e saudada com aplauso e admiração.”*

Gervásio Lima

Este ilustre cidadão nasceu na Vila da Praia, a 12 de Outubro de 1606, e faleceu em Angra, a 28 de Abril de 1664. Em 1640, estando em Lisboa, foi encarregue por D. João IV de promover a sua aclamação no arquipélago dos Açores. Para além de ter aclamado este rei, conjuntamente com o seu cunhado João de Bettencourt, capitão-mor de Angra, também comandou as ações militares do cerco ao então denominado Castelo de São Filipe, hoje Castelo de São João Baptista. Em recompensa pelos seus feitos foi nomeado governador do Castelo em 1660, cargo que exerceu até ao seu falecimento.



IV - CARATERIZAÇÃO DA UNIDADE ORGÂNICA EBIPV

4.1. Edifício Sede

EB 1,2,3/JI Francisco Ornelas da Câmara



4.1.1. Localização e Dimensão

No que concerne ao seu aspeto arquitetónico, podemos dizer que se trata de uma estrutura com quatro pisos, erguida em betão e com grande amplitude em espaços interiores, com zonas de passagem cobertas, um polidesportivo interior e uma vasta área exterior com relvados, espaços destinados a atividades desportivas e recreios para o pré-escolar e 1º ciclo.

A escola também dispõe de um parque de estacionamento para a comunidade escolar.

Fisicamente é constituída por quatro áreas:

Piso zero – 6 salas de aula;

Piso um – refeitório, cozinha, bufete dos alunos e professores, 1º piso da sala de convívio dos alunos, gabinete da entidade formadora, salas de aula específicas e não específicas, laboratórios, miniginásio, reprografia e papelaria, sala multiusos, merendário e gabinetes de trabalho (departamentos, grupos e clubes);

Piso dois – espaços destinados aos serviços administrativos, ao conselho executivo, central telefónica e receção aos pais e encarregados de educação, 2º piso da sala de convívio dos alunos, gabinete do aluno, Serviço de Psicologia e Orientação (SPO), sala de pessoal docente, sala de pessoal não-docente, diversas salas de aula específicas e não específicas, vários gabinetes de trabalho (direção de turma, departamentos, grupos e clubes) e um auditório;

Piso três: Sala de reuniões, salas de aula, gabinetes de trabalho e biblioteca escolar/centro de recursos educativos (BECRE).

Cada piso contempla instalações sanitárias reservadas para professores, funcionários e alunos.



Relativamente às diversas salas, a escola está equipada com:

- Um laboratório de Física com um anexo e arrecadações;
- Um laboratório de Química com dois anexos e arrecadações;
- Três salas de Ciências Naturais com um anexo;
- Cinco salas de Educação Visual e Tecnológica com arrecadações;
- Duas salas de Educação Visual com arrecadações;
- Duas salas de Educação Tecnológica com arrecadações;
- Três salas de Educação Musical;
- Quatro salas de Informática.

Pertencente ainda ao complexo de blocos do recinto escolar, existe um pavilhão desportivo, incluindo um polidesportivo e uma sala de ginástica. O arquivo geral da unidade orgânica situa-se ainda em espaço reservado deste edifício.

Por outro lado, esta unidade orgânica, funcionando em regime diurno, é constituída por 14 estabelecimentos de ensino.

4.1.2. Estruturas e Serviços

Esta Básica Integrada compreende diversas estruturas e serviços, a saber:

a) Associação de Pais e Encarregados de Educação

A Associação de Pais e Encarregados de Educação (APEE) foi criada com a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educacional e para a integração escola-comunidade.

Esta Associação tem como objetivo desafiar e sensibilizar todos os Pais e Encarregados de Educação a participarem de uma forma ativa e colaborante na Comunidade Escolar, pois só desta forma é possível encontrar as melhores soluções para os problemas que



afetam o dia-a-dia dos seus filhos. A educação é a chave para o sucesso escolar e este, hoje mais do que nunca, é uma ferramenta para o sucesso na vida ativa onde se pretende que os seus filhos se venham a inserir.

Os encarregados de educação estão representados na Assembleia de Escola, Conselho Pedagógico e Conselhos de Turma (que não de avaliação).

b) Serviço de Psicologia e Orientação

O Serviço de Psicologia e Orientação é composto por duas Psicólogas e por uma técnica de Educação Especial e Reabilitação. Uma das psicólogas é designada pelo Conselho Executivo como coordenadora do Serviço, sendo responsável pelo desenvolvimento das competências constantes na lei e no Regulamento Interno da Unidade Orgânica.

c) Núcleo de Educação Especial (N.E.E.)

O Núcleo de Educação Especial constitui uma mais-valia no sentido de garantir o sucesso educativo dos alunos que beneficiam do seu apoio.

Como metas a atingir na sua ação diária podemos referir, entre outras:

- Criar condições de aprendizagem bem-sucedidas;
- Desenvolver uma programação dinâmica, inovadora e funcional com vista à promoção do sucesso educativo do aluno;
- Implementar ou colaborar na implementação de metodologias ativas e participativas, inclusive nas atividades curriculares e nas curriculares não-disciplinares;



- Promover e diversificar os apoios necessários a uma aprendizagem de sucesso/interesse;
- Planificar individualmente, atendendo às áreas deficitárias do aluno, como: Cognição, Socialização, Linguagem, Expressões, Motricidade, Língua Portuguesa, Matemática, Estudo do Meio e Programas de Modificação de Comportamento;
- Favorecer a colaboração dos pais e outros intervenientes educativos;
- Melhorar o processo ensino/aprendizagem através da promoção de interações dos quotidianos escolares e não escolar;
- Aumentar o sucesso escolar;
- Concretizar a aproximação escola – pais – comunidade.

O Núcleo trabalha com um grupo significativo de alunos nas diversas escolas inseridas nesta Básica Integrada.

d) Gabinete do Aluno (G.A.)

O Gabinete do Aluno (GA) é constituído por três valências:

- Saúde Escolar
- Encaminhamento Disciplinar
- Mediação Escolar de Conflitos

e) Ação Social Escolar (A.S.E.)

Este setor funciona através dos Serviços de Administração Escolar e tem a função de gerir os apoios aos alunos a nível de transporte, alimentação, livros e material escolar.



Responsabiliza-se também pela gestão dos seguros escolares, do refeitório, do bufete e da papelaria/reprografia.

f) Serviço de Atendimento a Encarregados de Educação e a Alunos

Integra uma das competências do Diretor de Turma que, para o efeito, assinala no seu horário semanal o dia e a hora em que o presta.

g) Biblioteca Escolar / Centro de Recursos (BECRE)

É um local de informação, de investigação e de pesquisa bibliográfica com acesso livre. O seu funcionamento é assegurado por uma equipa coordenada por um professor designado para o efeito. O local dispõe de diversos recursos audiovisuais, multimédia, computadores e impressoras à disposição dos utentes.

h) Refeitório / Multiusos / Merendário

São espaços que, de forma distinta entre si, prestam apoio a toda a comunidade escolar, sobretudo no fornecimento/organização de refeições durante o ano letivo. Os preços praticados encontram-se afixados em legislação anual emanada da Secretaria Regional da Educação e Cultura.



i) Bufete

É um serviço de apoio a toda a comunidade escolar que se traduz, essencialmente, no fornecimento de produtos alimentares durante o ano letivo. Os produtos existentes, bem como o seu preço, são da responsabilidade do Conselho Executivo e devem obedecer às recomendações da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

j) Sala de Convívio dos Alunos

É um espaço de acesso livre e que se constitui como um local de convívio para os alunos.

k) Papelaria / Reprografia / Bolsa de Manuais

Este serviço dispõe de diversos artigos escolares indispensáveis ao desempenho das atividades letivas e permite a impressão e duplicação dos diversos documentos necessários ao bom funcionamento das aulas. A variedade de artigos existentes, bem como o seu preço, são da responsabilidade do Conselho Executivo.

l) Pavilhão Gimnodesportivo

Este espaço destina-se a toda a comunidade. É usado durante o dia para lecionar Educação Física e para a realização de diversas atividades de índole desportiva. Durante a noite este espaço encontra-se aberto à comunidade, mediante o pagamento de um



aluguer fixado anualmente. Destinado à prática desportiva, este espaço é composto por um polivalente e por uma pequena sala gímnica, assistidos por 5 balneários, 3 femininos e 2 masculinos.

Ainda no pavilhão gimnodesportivo, encontra-se uma pequena sala de acesso reservado, funcionando como o principal arquivo dos documentos administrativos menos atuais.

4.2. NÚCLEO ESCOLAR DA AGUALVA

EB 1/JI Agualva



A Agualva é uma freguesia rural do concelho da Praia da Vitória, localizada a Noroeste da ilha Terceira. É uma povoação antiga, que existe desde o século XVI, e a sua área de 35,50 km² faz dela a maior freguesia da ilha.

Quanto aos pais, a maioria tem a 4^a classe, seguindo-se um número expressivo com o 6^o ano. Existe um pequeno grupo com o 9^o ano, apenas uns poucos com o 12^o ano e um número igual com a licenciatura. Existe ainda uma faixa de 10% dos pais que não indicou as respetivas habilitações.

Relativamente às habilitações literárias das mães verifica-se que a maioria tem o 6^o ano de escolaridade, seguindo-se um número bastante significativo com a 4^a classe. Destaca-se um pequeno grupo com o 12^o ano e outro, ainda menor, com o 9^o ano. Existe ainda um grupo de mães (cerca de 8% do total) que não indicou as habilitações.



4.3. NÚCLEO ESCOLAR DA ALDEIA

EB 1/JI Aldeia Nova

EB 1/JI Padre Lino Vieira Fagundes



A Vila das Lajes situa-se a nordeste na Ilha Terceira, ocupando 11.15 km² de área. Localidade com mais de 500 anos, foi elevada a Vila a 15 de Julho de 2002. O nome “Lajes” surge ligado às pedreiras, das quais era extraída a cantaria, pedra esta que é fator fulcral em toda a arquitetura do Ramo Grande.

Os habitantes desta Vila dedicam-se essencialmente à agropecuária, comércio, construção civil, prestação de serviços e restauração.

Habilitações literárias, a maioria dos pais possui o 4^o ano de escolaridade, mas existem alguns que tem outras habilitações, como o 6^o, o 9^o ano e o secundário. Poucos são os que possuem licenciatura

4.4. NÚCLEO ESCOLAR DA BASE AÉREA N.º 4

EB 1/JI BA4



A EB1/JI da BA4 fica situada dentro de uma Base Militar (Base Aérea 4), abrangendo, no entanto, alunos provenientes de meios distintos: filhos de militares portugueses e americanos da Base, filhos de civis que trabalham nesta Unidade Militar, alunos oriundos da Serra de Santiago e mais recentemente do Juncal, após o encerramento da escola existente nesta localidade.

Quanto aos encarregados de educação, na generalidade pertencem à classe média, à exceção de um grupo de encarregados de educação com baixo poder económico que



usufruem do Rendimento Social de Inserção. Há uma grande disparidade, relativamente ao grau de escolaridade dos encarregados de educação, indo desde o analfabetismo até cursos superiores

4.5. NÚCLEO ESCOLAR DA FONTE DO BASTARDO

EB 1/JI Francisco Soares de Oliveira



A EB1/JI Francisco Soares Oliveira, situa-se na freguesia da Fonte do Bastardo, no concelho da Praia da Vitória.

É uma freguesia com uma área de 8,90 km quadrados e com cerca de 1.278 habitantes. Confronta-se a oeste com a Serra do Cume, a sul com a Vila de S. Sebastião, a norte com a freguesia do Cabo da Praia e a este com a freguesia do Porto Martins.

A maioria da população desta freguesia dedica-se ao setor primário, nomeadamente à atividade agropecuária, que se define como principal atividade económica, embora exista já a tendência de expansão para outros setores de atividades.

Ao nível das habilitações literárias da população, a maioria dos pais apresenta um nível de escolaridade médio (2º e 3º ciclo), sendo já considerável o número de pais com o 12º ano e licenciatura.



4.6. NÚCLEO ESCOLAR DAS FONTINHAS

EB1/JI Irmãos Goulart



A freguesia das Fontinhas, assim denominada devido à abundância de nascentes, é uma freguesia rural do concelho da Praia da Vitória, localizada a 4 km da sede do concelho. É uma povoação antiga, que existe desde o início do povoamento, com uma área de 17,09 km², limitada a Norte pelas Lajes, a Sul pela Casa da Ribeira, a Este pela Praia da Vitória e a Oeste por S. Brás.

Quanto à situação socioeconómica das famílias, uma grande parte da população do sexo masculino concilia profissões exercidas na BA4 ou na cidade da Praia da Vitória com as atividades agrícola e pecuária.

A maior parte da população possui um nível de escolaridade baixo (4^o ano). No entanto, também já começam a aparecer, em número com tendência a aumentar, elementos com nível de escolaridade mais avançado (12^o ano e algumas licenciaturas), que se dedicam essencialmente ao ensino, à enfermagem, ao trabalho em repartições públicas ou em serviços.



4.7. NÚCLEO ESCOLAR DO CABO DA PRAIA

EB/JI de Casa da Ribeira

EB/JI de Cabo da Praia

EB1/JI de Porto Martins



A **Casa da Ribeira** é uma paróquia de Santa Cruz e situa-se a 3 km a poente da Praia da Vitória.

Relativamente às atividades económicas, verifica-se que os habitantes desempenham diversas profissões, desde o setor primário aos serviços, embora com predominância da agricultura. O nível socioeconómico da população é médio/baixo.

No que se refere ao grau de escolaridade dos encarregados de educação, predomina a formação ao nível do 2º ciclo, existindo um número reduzido com o 12º ano ou com licenciatura. Há ainda a referir um reduzido número de pais que possui apenas o 1º ciclo.

Relativamente ao **Cabo da Praia**, a freguesia possui uma área de mais de 6 km², situando-se na parte oriental da ilha. O nome “Cabo da Praia” afirmou-se, talvez, pela antiga localização de uma ermida construída em honra de Santa Catarina, no final do areal da praia, isto é no “cabo”. Provavelmente, a freguesia de Santa Catarina do cabo da Praia já existia em 1470. O Cabo da Praia já foi uma povoação sobretudo agrícola. Nos últimos anos, tem-se verificado uma crescente industrialização de parte do seu território.

Atualmente, o Cabo da Praia conta com cerca de 712 habitantes (censos de 2011). Quanto ao grau de escolaridade, a maioria dos encarregados de educação frequentou o ensino secundário e grande número apenas concluiu a instrução primária. Há ainda alguns que frequentaram o 2º ciclo.

O **Porto Martins** é freguesia desse 9 de Maio de 2001. Local, habitado desde os princípios da ocupação da ilha, cresceu numa zona de “biscoito”. A sua paisagem é muito invulgar e variada, caracteriza-se por estar coberta de vinhas, estendidas em cima das



pedras, e também por possuir bastantes pomares, entre os quais se destacam os únicos da ilha Terceira onde se cultiva a oliveira.

Junto à linha costeira é possível ver os restos de antigas fortificações, construídas como proteção contra os piratas ou os castelhanos, os quais se encontram em diversos graus de ruína: o Forte de S. Filipe (por vezes referido como Forte de S. Tiago), o de S. Fernando, o de S. Bento e o de Nossa Senhora da Nazaré.

Relativamente ao grau de escolaridade dos encarregados de educação verifica-se que a maioria tem como habilitações académicas o 1º ou o 2º Ciclo. Existem também alguns com o 12º ano e outros com Licenciatura.

4.8. NÚCLEO ESCOLAR DE SANTA RITA

EB1/JI de Santa Rita

EB1/JI Santa Luzia



Santa Rita é um *Curato* pertencente à freguesia de Santa Cruz.

A população dedica-se, essencialmente, à lavoura, à pesca e à construção civil. Devido à sua proximidade com a Base Aérea, algumas pessoas prestam serviços na referida Base ou a militares americanos que aí residem.

Nesta localidade coabitam pessoas de nível médio e outras de recursos económicos bastante baixos, sobrevivendo do Rendimento Social de Inserção que constitui a sua principal fonte de subsistência.

O nível de escolaridade dos encarregados de educação é baixo, situando-se, em média, ao nível do 1º e 2º ciclo.

Santa Luzia é um *Curato* pertencente à freguesia de Santa Cruz e situa-se a noroeste da freguesia de Santa Cruz do Concelho da Praia da Vitória.



Este lugar de Santa Luzia apresenta características rurais e urbanas. Na parte rural as habitações estão dispersas e rodeadas por campos destinados à pecuária e à agricultura e a densidade populacional é menor. A zona urbana, onde a ocupação do território por habitações é mais densa, funciona como “lugar dormitório”.

Ao nível de comércio e serviços dispõe de cafés, pequenos estabelecimentos ligados ao ramo alimentar e à comercialização e manutenção de viaturas, postos de abastecimento automóvel, escritórios de contabilidade e de seguros, escola de condução rodoviária e clínica veterinária.

4.9. NÚCLEO ESCOLAR DA VILA NOVA

EB 1/JI de Vila Nova

EB1/JI de S. Brás



A freguesia da **Vila Nova** estende-se ao longo da costa Norte da Ilha Terceira, fazendo fronteira a Norte com o Oceano Atlântico, a Sul com a freguesia de S. Brás, a Este com a Vila das Lajes e a Oeste com a freguesia de Agualva.

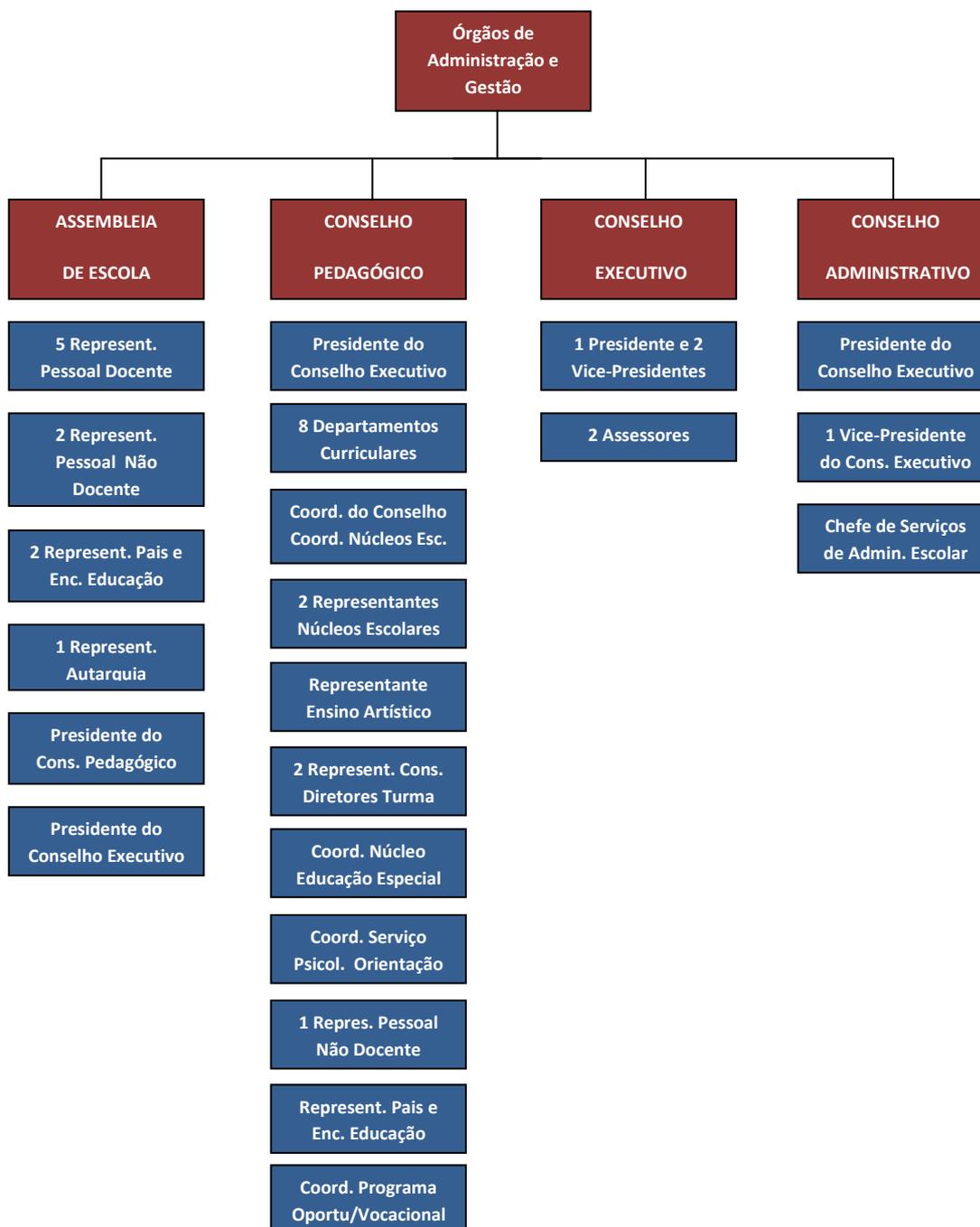
As atividades económicas dos habitantes desta freguesia incidem sobretudo no setor primário, com a criação de gado e a produção agrícola; no secundário destaca-se a construção civil, que oferece emprego a pedreiros e carpinteiros; e no setor terciário evidencia-se a área do comércio que tende a ser, atualmente a área mais relevante. A população feminina dedica-se sobretudo ao serviço doméstico, nas residências ou em casas particulares.

São Brás ascendeu a freguesia civil por Decreto-Lei nº 38173, de 17 de fevereiro de 1951 e insere-se num meio rural. As atividades económicas da comunidade enquadram-se maioritariamente, ao comércio e serviços. Note-se que estas profissões têm a sua operacionalidade num contexto fora da freguesia, com incidência especial nas cidades e na Base Aérea das Lajes.



V. ÓRGÃOS DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO - ESTRUTURA

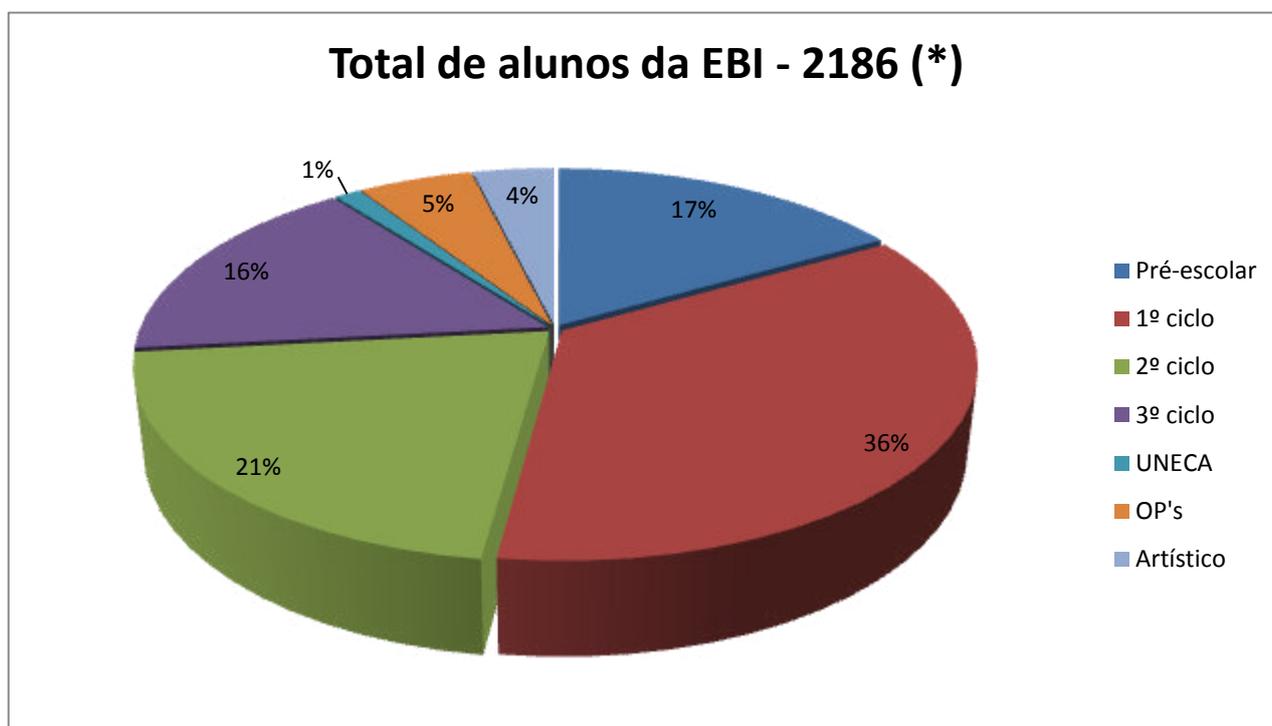
O organograma que se segue é explicativo da estrutura organizacional que norteia a constituição dos órgãos de gestão e administração da EBI da Praia da Vitória.





VI. CARATERIZAÇÃO DA COMUNIDADE EDUCATIVA

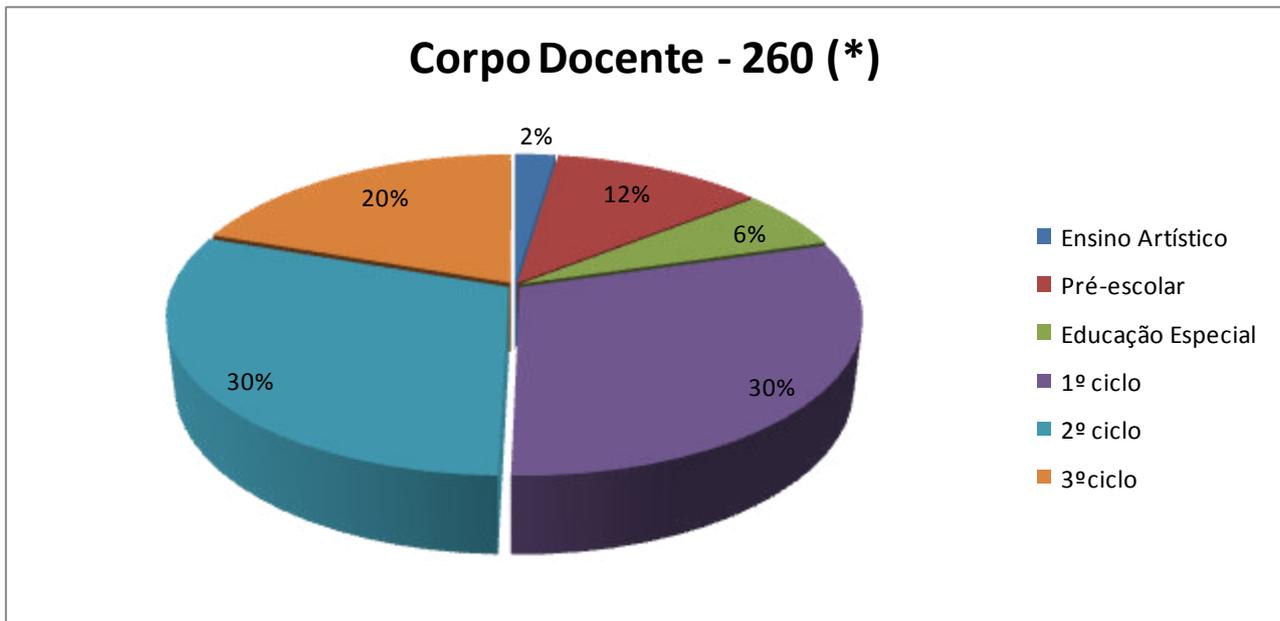
6.1 Caraterização do corpo discente



(*) - Valores de referência relativos ao ano letivo em que foi elaborado o PCE - 2012/1013.

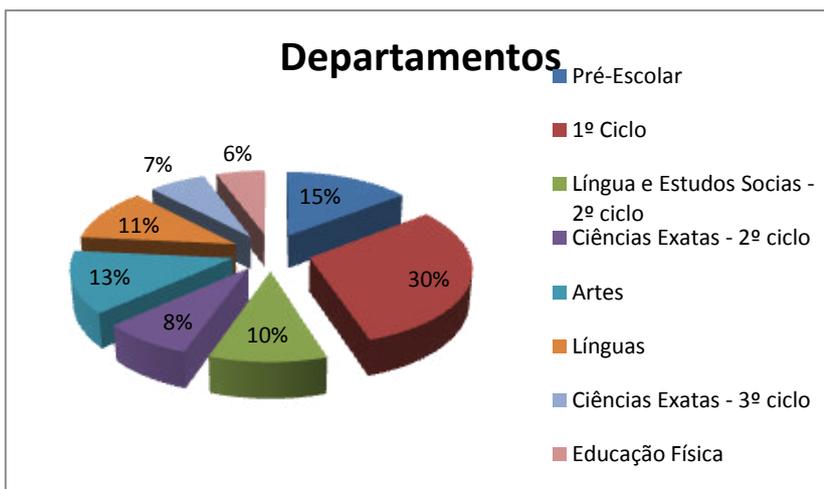


6.2 Caracterização do corpo docente



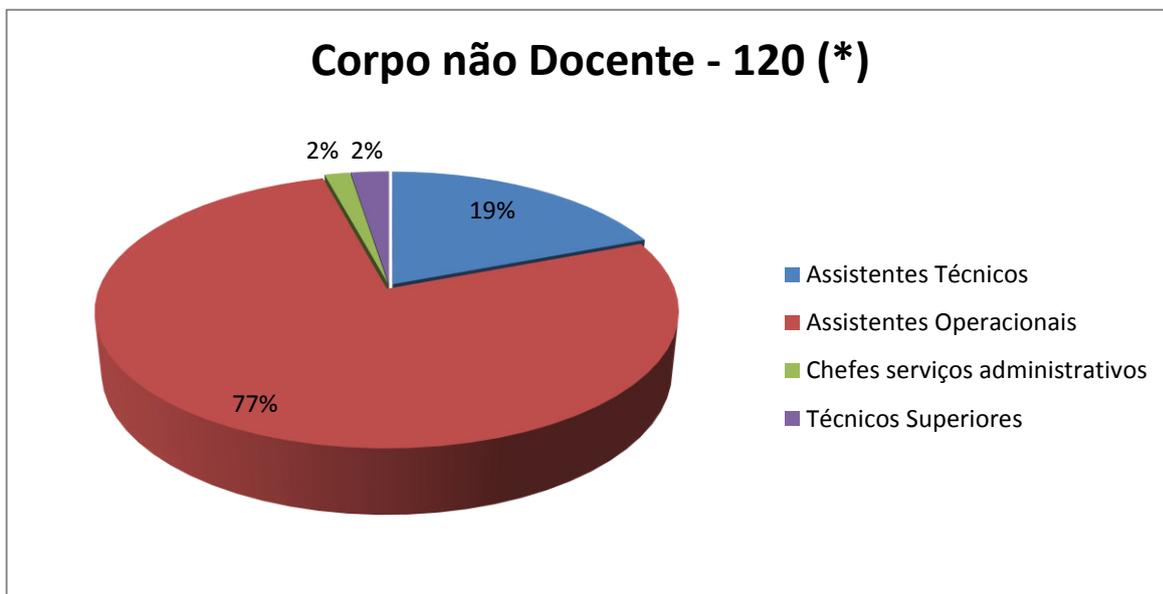
(*) - Valores de referência relativos ao ano letivo em que foi elaborado o PCE - 2012/1013.

6.3 Caracterização do corpo docente por Departamento Curricular





6.4 Caracterização do corpo não docente



(*) - Valores de referência relativos ao ano letivo em que foi elaborado o PCE - 2012/1013.

VII - PRINCÍPIO ORIENTADOR

Esta escola pública de grandes dimensões, aberta a toda a comunidade, tem como princípio orientador, educar e ensinar gratuitamente, preconizando-se uma formação equilibrada do jovem cidadão, facultando-lhe conhecimentos técnicos e científicos de base que lhe permita participar ativamente na sociedade, no cumprimento de seus deveres, no reconhecimento de seus direitos, e no respeito por valores éticos, morais e humanos.

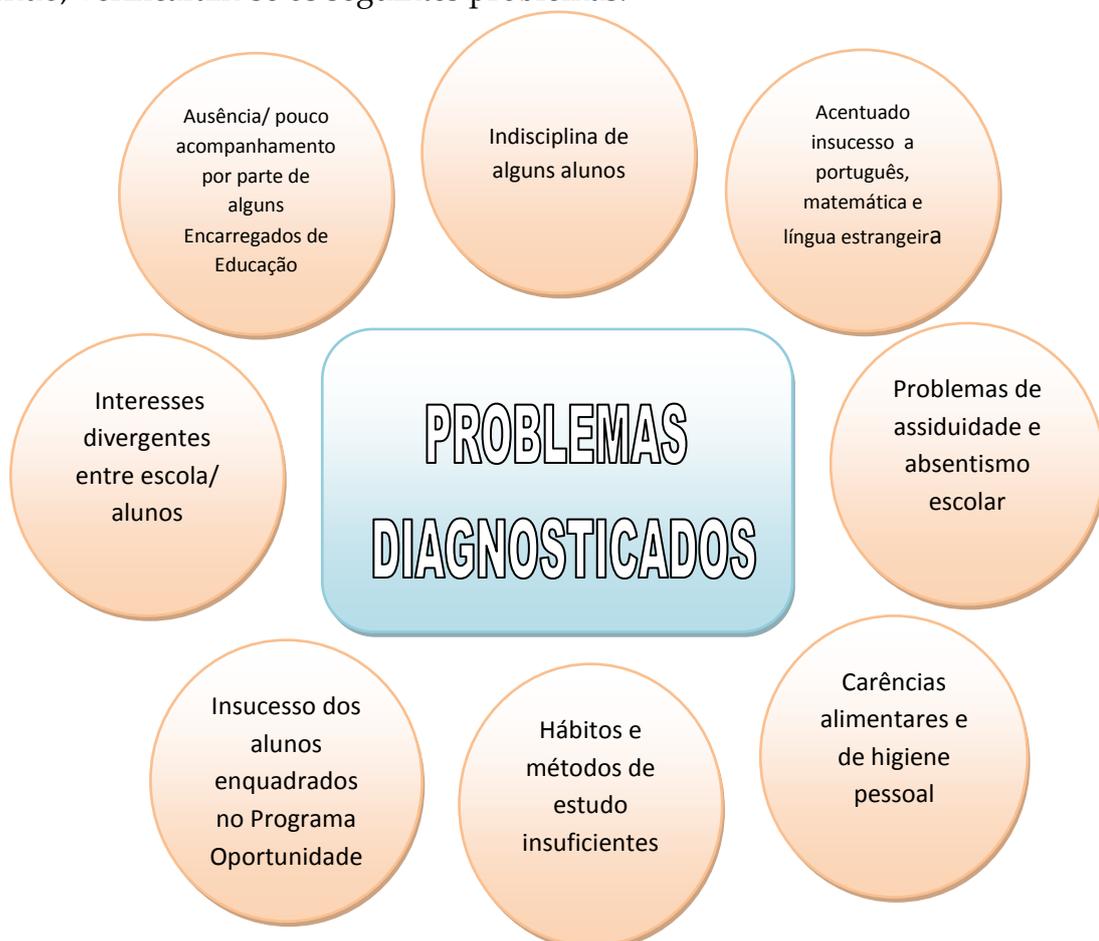


VIII - DIAGNÓSTICO: IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS, DAS EXPETATIVAS E DAS NECESSIDADES

8.1 Identificação de problemas

O diagnóstico dos principais problemas teve por base a análise cuidada da caracterização da população escolar, dos registos dos três anos letivos anteriores e dos resultados obtidos nos inquéritos efetuados aos alunos, professores, funcionários e encarregados de educação desta Unidade Orgânica. Os dados foram recolhidos de forma a garantir o anonimato dos inquiridos e destinavam-se a obter informações, opiniões e sugestões pertinentes para a construção do Projeto Educativo, tendo em vista um ajustamento organizacional, que contribuísse para melhorar as reais necessidades da escola, servindo ainda de *autoavaliação da escola*.

Assim sendo, verificaram-se os seguintes problemas:





Saliente-se que alguns dos problemas referenciados poderão advir, em parte, da instabilidade de políticas educativas e da falta de recursos humanos nesta unidade orgânica (pessoal docente e não docente).

8.2 Operacionalização do processo

OBJETIVOS <i>(De referência para o PAA)</i>	ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO
I. Reduzir o número de ocorrências e da gravidade dos comportamentos inadequados	a) Intervenção com prontidão e articulação do Conselho Executivo com o Professor Titular/Diretor de Turma, Gabinete do Aluno e Serviço de Psicologia e Orientação; b) Consciencialização dos alunos para a sua atuação, de acordo com as regras de funcionamento, de preocupação ambiental, de responsabilização e de sentido ético; c) Punição célere, de acordo com a legislação, dos alunos que infringirem o Código de Conduta; d) Convocação dos pais e encarregados de educação para se deslocarem à escola e informá-los pessoalmente das ocorrências, responsabilizando-os por eventuais danos e prejuízos; e) Sensibilização dos alunos para a importância da conservação do equipamento escolar e respeito pelos outros.
II. Melhorar os hábitos e métodos de estudo	a) Consciencialização dos encarregados de educação para a importância do estudo regular e respetivo acompanhamento; b) Transmissão de técnicas de estudo pelos professores da turma, com destaque para o papel do professor titular (1º ciclo) e diretor de turma (2º e 3º ciclos) neste domínio; c) Diversificação do tipo de trabalhos de casa, de cariz mais estimulante, motivando os alunos para o seu cumprimento.



<p>III. Melhorar o processo de acompanhamento escolar dos alunos por parte dos Encarregados de Educação</p>	<p>a) Intensificação dos contatos entre os Professores Titulares/Diretores de Turma e os Encarregados de Educação, para definição de estratégias promotoras de integração e sucesso escolar;</p> <p>b) Apoio à atividade da Associação de Pais e Encarregados de Educação;</p> <p>c) Envolvimento dos Pais e Encarregados de Educação no máximo de atividades de complemento curricular;</p> <p>d) Insistência para a leitura, por parte de toda a comunidade educativa, dos documentos estruturantes da escola;</p> <p>e) Promoção do conhecimento recíproco e comunicação entre os Encarregados de Educação e os Órgãos de Administração e Gestão da Escola.</p>
--	---

<p>IV. Melhorar o aproveitamento escolar nas disciplinas de Português, Matemática e Língua Estrangeira</p>	<p>a) Organização de horários para que as disciplinas de Português, Matemática e Língua Estrangeira sejam lecionadas, preferencialmente, nos primeiros tempos letivos do dia;</p> <p>b) Melhorias na articulação pedagógica entre os vários níveis de ensino;</p> <p>c) Elaboração de um plano de trabalho, ao nível individual ou de turma, no qual se identifiquem áreas prioritárias de intervenção, com especial enfoque nas disciplinas com maior insucesso;</p> <p>d) Adequação dos critérios de avaliação, tanto quanto possível, e articulação entre anos de escolaridade e ciclos de ensino;</p> <p>e) Aumento da participação e intervenção ativa de todos os docentes na promoção de competências transversais do Português;</p> <p>f) Rentabilização ao máximo dos apoios educativos possíveis (considerando a sua atual escassez), seja no empenho da elaboração de um bom Programa de Apoios Educativos (procurando aproveitar-se toda e qualquer possibilidade legal) seja, eventualmente, na adesão a projetos da própria Tutela.</p>
---	---



	<p>g) Promoção da literacia de todos os alunos, realçando-se o papel da biblioteca escolar, clubes e projetos de Escola;</p> <p>h) Envolvimento e responsabilização dos alunos nas suas aprendizagens, através de auto e heteroavaliação, avaliação formativa e sumativa;</p> <p>i) Utilização crescente das novas tecnologias no processo de ensino aprendizagem;</p> <p>j) Utilização de diversos recursos materiais na prática letiva (<i>Smart Board</i>, retroprojetores e outros);</p> <p>k) Valorização de atitudes de trabalho e persistência;</p> <p>l) Reflexão sistemática dos resultados do aproveitamento escolar.</p>
--	---

<p>V. Melhorar os níveis de assiduidade e erradicação do abandono escolar</p>	<p>a) Comunicação ao Conselho Executivo da existência de alunos no recinto escolar, que estejam a faltar às aulas, devendo o mesmo encaminhá-los diretamente para a sala de aula, ou, por opção, para o Gabinete do Aluno ou Serviço de Psicologia e Orientação;</p> <p>b) Dinamização de um trabalho colaborativo e articulado entre todos os intervenientes da comunidade educativa ao nível do acolhimento, integração e orientação dos alunos sinalizados;</p> <p>c) Melhoria na eficácia dos mecanismos de monitorização para identificação precoce de alunos em risco de abandono escolar:</p> <ol style="list-style-type: none">1) O Professor Titular/Diretor de Turma deve contactar, atempadamente, o Encarregado de Educação de forma a aceitar ou não a justificação do facto;2) O Professor Titular/Diretor de Turma deve alertar o Conselho Executivo para uma situação em que sente não compreender nem controlar;3) Em situação de absentismo regular não justificado, não sendo total, deve o Conselho de Núcleo Escolar/Conselho de Turma estabelecer um plano que vise a resolução do problema diagnosticado;4) Em última análise, e em situação de indícios de abandono escolar, deve o Conselho Executivo alertar as entidades competentes, como sendo, eventualmente, a <i>Escola Segura</i> ou a <i>Comissão de Proteção de Crianças e Jovens</i>;
--	---



Secretaria Regional da Educação e Cultura
Escola Básica Integrada da Praia da Vitória

	<ul style="list-style-type: none">d) Divulgação de aprendizagens direcionadas para as vias vocacionais;e) Estimulação da permanência dos alunos na Escola através da oferta diversificada de ações pedagógicas apelativas;f) Integração cuidadosa do aluno absentista na turma adequada ao seu interesse e, em simultâneo, promotora dos comportamentos desejados.
--	---

VI. Aumentar o interesse dos alunos para o ambiente escolar e seus objetivos	<ul style="list-style-type: none">a) Adoção de metodologias ativas de ensino-aprendizagem mais apelativas, estimulando a iniciativa e criatividade dos discentes, com base em valores e princípios construtivistas;b) Estimulação e valorização da participação e iniciativa dos alunos;c) Colaboração com empresas e instituições locais.
---	---

VII. Promover uma Educação para a Saúde —combater as carências alimentares e higiene pessoal	<ul style="list-style-type: none">a) Sinalização dos alunos que evidenciem problemas alimentares e/ou de higiene pessoal, mantendo a informação sob sigilo, comunicando-a apenas, se possível, ao Conselho Executivo;b) Solicitação do apoio do Serviço de Psicologia e Orientação ou do Gabinete do Aluno sempre que o Conselho Executivo o entenda, de acordo com a situação diagnosticada;c) Adesão aos mais variados projetos propostos pela tutela e/ou estabelecimento de parcerias com diversas entidades;d) Simplificação do acesso de qualquer criança/jovem ao refeitório escolar, tolerando-se ligeiros atrasos no pagamento pelo Encarregado de Educação;e) Comunicação à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens logo que seja detetada alguma situação grave de carência alimentar e/ou quando esgotadas, ao nível escolar, todas as estratégias de resposta ao problema;f) Venda de alimentos saudáveis, de acordo com as regras nutricionais, no bufete e refeitório da escola;
---	--



Secretaria Regional da Educação e Cultura
Escola Básica Integrada da Praia da Vitória

	<ul style="list-style-type: none">g) Supervisão da elaboração da ementa do refeitório de acordo com as regras nutricionais;h) Reforço de aprendizagens no campo da saúde, alimentação e higiene;i) Promoção de sessões de informação e sensibilização a alunos, pais e encarregados de educação no sentido de se implementarem hábitos de uma alimentação saudável;j) Apoio no trabalho da <i>Equipa de Saúde Escolar</i>, valência do Gabinete do Aluno.
--	--

VIII. Reduzir os níveis de insucesso dos alunos do Programa Oportunidade	<ul style="list-style-type: none">a) Rigor nos critérios de constituição das turmas;b) Intervenção imediata e refletida no domínio dos comportamentos inadequados;c) Articulação com maior eficácia entre o Professor Titular/Conselho de Turma e os órgãos escolares de apoio;d) Adoção de medidas de intervenção imediatas sempre que detetadas estratégias ineficazes no domínio pedagógico;e) Aumento na motivação dos alunos para os trabalhos escolares propostos através de uma abordagem estimulante dos conteúdos;f) Encaminhamento dos alunos para uma via vocacional, sempre que possível, criando e apoiando o desenvolvendo de projetos neste domínio;g) Divulgação do papel da biblioteca escolar, clubes e projetos de Escola, promovendo a literacia de todos os alunos;h) Promoção da utilização crescente das novas tecnologias no processo de ensino aprendizagem;i) Utilização dos diversos recursos materiais na prática letiva (<i>Smart Board</i>, retroprojetores e outros);j) Valorização de atitudes de persistência e de trabalho;k) Análise e reflexão dos resultados do aproveitamento escolar.
---	---



IX. VIGÊNCIA, AVALIAÇÃO E DIVULGAÇÃO

9.1. Período de Vigência

O *Projeto Educativo* da Unidade Orgânica, com início previsto de aplicação plena no presente ano letivo 2014/15, requererá uma reflexão e avaliação aprofundadas por parte do Conselho Pedagógico no final do ano letivo 2016/17, não invalidando as suas adequações anuais às eventuais alterações orgânicas da Escola Básica Integrada da Praia da Vitória.

9.2. Avaliação do *Projeto Educativo*

A avaliação do *Projeto Educativo* será um processo contínuo, globalizante e mobilizador de toda a comunidade escolar, tendo em vista garantir a sua eficiente consecução, no quadro dos princípios e dos objetivos definidos. Deverá ser concretizada de forma a permitir a articulação dos mecanismos avaliadores gerais consagrados na legislação com o processo interno de autoavaliação.

Com este documento, pretende-se implementar um modelo de avaliação contínua que permita a todos os intervenientes refletir sobre as metodologias adotadas e, sempre que necessário, solicitar a sua reestruturação. Nesse caso, as propostas devem ser apresentadas ao Conselho Pedagógico.

9.2.1. Intervenientes na Avaliação

São intervenientes na avaliação do *Projeto Educativo*, por direito, todos os membros da comunidade educativa, nomeadamente:

- Conselho Pedagógico (com *Comissão* criada para as questões do *Projeto Educativo*);
- Conselho Executivo;



- Assembleia de Escola;
- Conselhos de Núcleo Escolar;
- Departamentos Curriculares;
- Pais e Encarregados de Educação;
- Assistentes técnicos e operacionais;
- Técnicos Especializados;
- Alunos.

9.2.2. Instrumentos de Avaliação

“Um processo de avaliação, independentemente do modelo que adoptou, implica a recolha, organização, análise e interpretação da informação.” (Freitas, 1997, p. 17). De acordo com esta orientação estão presentes, como instrumentos integradores de uma efectiva avaliação no estabelecimento de ensino, **a análise de atas** dos Conselhos de Núcleos Escolares, de Turma, de Departamentos e de outros órgãos intervenientes, assim como **os questionários e entrevistas elaboradas e aplicadas** pela *Equipa de Avaliação Interna da Unidade Orgânica* e os **relatórios periódicos de atividades**.

9.3. Divulgação

O presente documento será regularmente divulgado, dando-se conhecimento do mesmo a toda a comunidade educativa. A divulgação do *Projeto Educativo* concretiza-se através de disponibilização do documento, atualizado e aprovado:

- Em formato digital, aos mais diversos membros da comunidade através de seus representantes em sede de Conselho Pedagógico;
- Em formato de papel na Biblioteca Escolar/Centro de Recursos Educativos (BE/CRE) da Unidade Orgânica;
- Por consulta eletrónica através da *Página WEB* da escola:
<http://srec.azores.gov.pt/dre/sd/115132020201/>